

DE UMA COPA A OUTRA, A ÉPOCA ESQUECIDA: FUTEBOL, POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL, 1940-1945*

FÁBIO FRANZINI**

RESUMO

Este artigo aborda e discute um curto período da história do futebol no Brasil que, embora à margem dos acontecimentos consagrados pela memória social, revela-se significativo tanto para a compreensão quanto a popularidade que o futebol alcançara ao longo das primeiras décadas do século XX e, sobretudo, para o exame das conexões entre a vida social, o discurso da “brasidade” e o Estado no contexto do regime varguista.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol e política. Futebol e sociedade. Década de 1940.

ABSTRACT

This article discusses a short period in the history of soccer in Brazil, a period marked by inexistence in the collective memory of events consecrated but significant both for understanding the popularity that soccer had achieved throughout the first decades of the 20th century and, mainly, to analyze the connections between social life, the discourse of a certain “brasility” and the State in the context of Vargas' regime.

KEYWORDS: Soccer and politics. Soccer and society. 1940s.

Introdução

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1958, 17h50. O DC-7C “Bandeirante Antônio Raposo Tavares”, prefixo PP-PDM, da Panair do Brasil, pilotado pelo Comandante Bugner, aterrissa na pista do aeroporto do Galeão trazendo passageiros muito especiais: os novos campeões do mundo de futebol, responsáveis por uma onda de euforia jamais vista, que varria o país desde o apito final da última partida disputada na distante Estocolmo, três dias antes. Graças a eles, realizava-se o sonho que a equipe de Leônidas da Silva fizera despontar em 1938, com o terceiro lugar conquistado nos gramados franceses, e que o chute de Alcides Edgardo Ghiggia transformara no pesadelo do *Maracanazo*, em 1950. Graças a eles, o Brasil era o primeiro, o melhor, o campeão do mundo. Graças a eles, escreveu Thomaz Mazzoni, “hoje o futebol do Brasil está no justo lugar que merece, que merecia estar há já vinte anos”.¹

Como se depreende das palavras de Mazzoni, a conquista da Taça Jules Rimet pela primeira vez significou, aos olhos da época, o ápice natural da linha evolutiva do futebol brasileiro, o tardio triunfo da lógica sobre o acaso. Pouco importava que a história não tenha um curso predeterminado, muito menos que o futebol não tenha lógica; para que nada maculasse o brilho da vitória, importava apagar do traçado dessa linha as tensões, contradições e conflitos que marcaram (e continuariam a marcar) a trajetória da bola entre nós. Todas elas haviam sido decisivas para dar uma cara ao futebol *brasileiro*, a cara que enfim se mostrava triunfante – e, justamente por isso, agora já podiam ficar para trás, já podiam ser consideradas ultrapassadas. Mais do que o passado, importava o futuro: nascido na primeira metade do século, o “país do futebol” agora alcançava a sua maturidade e a sua consagração.

Não é casual, assim, que toda uma década, em particular, tenha praticamente se apagado da memória e, por extensão, da história do

futebol no Brasil: a década de 1940, em particular a sua primeira metade. Espécie de “buraco negro” entre as Copas do Mundo de 1938 e 1950, nada de significativo ou relevante *parece* ter acontecido em torno da bola no decorrer desse período, inclusive – talvez principalmente – porque a eclosão da guerra na Europa em 1939 interrompeu, entre tantas outras coisas, a sequência da disputa dos mundiais, esvaziando assim a expressão da autoestima nacional nos gramados justamente no momento em que ela se firmava. No entanto, as aparências, como se sabe, enganam: ainda que a seleção não tenha encontrado muitas oportunidades de se confirmar como uma grande canalizadora do sentimento nacional ao longo daqueles anos, nem por isso o futebol deixou de promover importantes conexões entre a vida social, o discurso da “brasilidade” e, claro, a esfera do poder estatal.

Em tempos de ditadura estadonovista, sempre atenta àquilo que acontecia nos regimes nazifascistas seus contemporâneos, uma dessas conexões se pretendeu direta, como mostram as comemorações das datas cívicas, que em regra tinham como palco principal um estádio de futebol. Se é evidente que a escolha do cenário de tais solenidades se pautava pelas dimensões físicas propícias do local, isso não significa que as dimensões simbólicas nele implícitas também não fossem consideradas; afinal, os estádios eram a um só tempo o produto mais aparente e a mais clara referência de todo um universo que começou a ser construído junto ao processo de popularização do futebol, como nota José Sergio Leite Lopes:

as maiores intervenções públicas de Vargas dirigidas aos trabalhadores, aproveitando a popularidade adquirida pelo futebol nos anos 1930, aconteceram no estádio de São Januário, do Vasco da Gama, o maior estádio do Rio antes da construção do Maracanã em 1950. É ali que a adoção do salário mínimo é anunciada em 1940, ou a criação das leis do trabalho em 1943. O futebol aparece assim como o pano de

fundo de um ritual de encenação protocolar das relações entre o poder e o povo.²

Em fins da década de 1930, porém, São Januário tornara-se pequeno demais para as ambições do Estado Novo. Antes mesmo do primeiro encontro do presidente com os “trabalhadores do Brasil” ali realizado, em 1939, o Secretário Geral do Interior e Finanças do Distrito Federal, Attila Soares, escrevera ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em busca de apoio para a “construção de um Estádio monumental, onde o Brasil possa realizar, condignamente, todas as grandes comemorações – quer cívicas, quer esportivas. A obra em si é tão importante que ultrapassa as raias do poder local, devendo ser encarada pelo Governo Nacional”.³ Em sua resposta, o ministro revela que tal assunto não passava despercebido pelo poder, muito pelo contrário:

Em resposta, cumpre-me informar-lhe que [a] idéia vem merecendo o maior interesse da parte deste Ministerio, ao cuidar da organização da Universidade do Brasil.

É assim que, no conjunto de construções a serem edificadas na séde da Universidade, e cujo projeto já se acha elaborado [...], figura um estadio olimpico, que será construido nos terrenos do Derby Club.⁴

Enquanto na capital do país os membros do governo projetavam e discutiam um estádio para a cidade, em São Paulo se realizava um sonho de longa data: a construção do seu Estádio Municipal. Desde 1920, o poder público dispunha de uma área de aproximadamente 76 mil metros quadrados no vale do Pacaembu, doada pela Companhia City, para a construção de uma praça de esportes, mas somente em 1936 o prefeito Fáblio Prado decidiu encampar a obra, iniciada no ano seguinte. Seria um campo à altura do crescimento do futebol paulista e de seu público, que nem sempre encontrava lugar nas arquibancadas existentes na Paulicéia, como à época já denunciava o cronista-mor Thomaz Mazzoni:

o público não aumentou no futebol paulista de acôrdo com a sua expansão e evolução.

E isso pelo simples motivo de não terem surgido campos acompanhando esse progresso. Os estadios atuais do Parque Antarctica e do Parque São Jorge deviam ter aparecido em 1919... O grau de adiantamento que o nosso futebol atingira então reclamava estadios para 25 e 30 mil pessoas. No entanto, construíram-se de preferencia campos para 8 e 5 mil... Foi esse um dos principais motivos que não fizeram aumentar, proporcionalmente, os adeptos do “association”. Hoje, devíamos ter uma “torcida” duas vezes mais alta em numero, estadios para 80 mil almas. A evolução deu-se defeituosamente.⁵

Estando, pois, à altura do futebol de São Paulo, o Pacaembu se inscrevia também no “progresso” da própria cidade, tanto que sua aparição na paisagem urbana foi tida então como marco e exemplo para um país que se julgava ter encontrado o caminho da modernização. Todo o seu projeto parecia refletir as conquistas e os avanços do pós-1930. Primeiro, pelo uso do concreto armado, tecnologia nacional desenvolvida para substituir os componentes importados das estruturas de aço, cada vez mais caro e indisponível em função da guerra na Europa; depois, pela suas dimensões gigantescas, em linhas *art-déco*, que contavam inclusive com torres alongadas e uma concha acústica, lembrando “as soluções contemporâneas dos estádios alemães, construídos sob direção de Albert Speers, para os grandes desfiles nazistas, que foram copiados em vários países do mundo. Era uma arquitetura expressionista, com seus traços exagerados, em linhas verticais e horizontais, quase agressivas”.⁶

Sua inauguração, em 27 de abril de 1940, já na gestão Prestes Maia, foi ao gosto do momento político nacional, reunindo em uma grande festa cívica as principais autoridades municipais, estaduais e do país, inclusive, e principalmente, o próprio presidente Getúlio Vargas. E a mobilização em torno do “gigante de concreto armado” não atingiu

apenas a capital, mas todo o estado de São Paulo, segundo a *Gazeta Esportiva*:

São Paulo viveu horas de intensa expectativa. Tudo fôra feito de molde a revestir o acontecimento de características fortes e impressionantes. O esporte de São Paulo, desde a Capital aos mais distantes recantos do “hinterland”, teve uma única aspiração: integrar-se de corpo e alma, compartilhar de qualquer modo do empreendimento notável que vem traçar novos rumos à educação física de nossa terra. E os festejos que iniciaram a vida ativa do estádio municipal de São Paulo refletiram bem esse período de intensa expectativa que cercou a terra bandeirante durante todo esse tempo.

Às primeiras horas da tarde de sábado, o estádio foi acolhendo o público que depois o lotou inteiramente. Já às 15 horas o aspecto era imponente. Bandeiras tremulam. O ambiente é de festa, de alegria ruidosa que não se entrava.

Faltavam alguns minutos para as 16 horas quando o carrilhão do estádio anunciou em todos os quadrantes a chegada das autoridades estaduais e federais. [...]

Vinte e um tiros salvam as autoridades. No céu baloçam bandeiras brasileiras atiradas em para-quedas. A orquestra executa o hino “Meu País” do maestro Villa Lobos.

Advertido por sinaleiros, o major Arlindo Pinto Nunes inicia o desfile dos esportistas. São aproximadamente dez mil. [...] E assim tem início o maior desfile de esportistas que a história da educação física brasileira pode registrar.⁷

Além do desfile, a cerimônia contou ainda com revoada de pombos, acendimento da “chama olímpica”, hasteamento de bandeiras, discursos de autoridades e, no encerramento, espetáculo de balé. Tudo, menos futebol, que ficou para o dia seguinte. Embora o presidente, como todos os ali presentes, decerto tivesse a noção de que o Pacaembu só se concretizara em função do crescimento do esporte bretão no país, isso não foi levado em conta no seu pronunciamento durante a inauguração do estádio:

Ao declarar inaugurado este Estádio, sob a impressão das entusiásticas e vibrantes aclamações com que fui recebido, não posso deixar de dirigir-vos algumas palavras de vivo e sincero louvor.

Êste monumento consagrado à cultura física da mocidade, em pleno coração da capital paulista, é motivo de justo orgulho para todos os brasileiros e autoriza aplaudir merecidamente a administração que o construiu.

As linhas sóbrias e belas da sua imponente massa de cimento e ferro não valem, apenas, como expressão arquitetônica, valem mais do que isso - valem como uma afirmação da nossa capacidade e do esforço criador do novo regime na execução do seu programa de realizações.

É ainda, e sobretudo, êste monumental campo de jogos desportivos uma obra de sadio patriotismo, pela sua finalidade de cultura física e educação cívica.

Agora mesmo assistimos ao desfile de dez mil atletas, em cujas evoluções vimos a precisão e a disciplina, conjugadas no simbolismo das cores nacionais. Diante dessa demonstração da mocidade forte e vibrante, índice eugenico da raça - mocidade em que confio e que me faz orgulhoso de ser brasileiro - quero dizer-vos:

Povo de São Paulo!

Compreendestes perfeitamente que o Estádio do Pacaembú é obra Vossa e para ela contribuistes com o vosso esforço e a vossa solidariedade. E compreendestes ainda que êste monumento é como um marco da grandeza de São Paulo a serviço do Brasil.

Declaro, assim, inaugurado o Estádio do Pacaembú.⁸

O discurso de Vargas, somado ao fato de o futebol ter sido excluído da festa de inauguração do maior estádio *de futebol* do país, é revelador das intenções do regime. Retomando uma ideia surgida no final dos anos 1910, o que se pretendia era fazer do esporte um meio de aperfeiçoamento da nacionalidade e da raça, agora subordinando-o aos princípios supostamente científicos que norteavam a educação física. O modelo, uma vez mais, vinha da Itália e, em especial, da Alemanha, onde Hitler, mesmo antes de assumir o poder, afirmava que “a nação tem de ser sadia para que a alma também o seja. Saúde moral e cívica são sinônimos”.⁹ Pode-se pensar, assim, que a popularidade do futebol funcionaria como o *leitmotiv* desse processo de “esportivização” da nação, dentro do qual o Estádio Municipal do Pacaembu parecia ser tudo o que o Estado Novo desejava. O esporte das massas tinha, enfim, um local apropriado tanto para se exhibir quanto para receber o líder das massas. E

o prefeito Prestes Maia, em seu indefectível discurso durante a solenidade, não se furtou a dedicar a obra ao regime:

Fundador e executor do Estado Novo no Brasil, coube a Vossa Excelencia, Senhor Presidente, defini-lo, certa vez, em presença da nossa gloriosa Marinha de Guerra, como o instrumento das verdadeiras aspirações e necessidades nacionais. [...]

O exemplo de Vossa Excelencia, aliás, nos ensinou a não reivindicar para nós sinão a satisfação do dever cumprido. Êste Estadio, que se impõe pela grandeza e pela sobriedade, é um monumento oferecido à administração de Vossa Excelencia, que erigiu a educação moral e física da sociedade em princípio constitucional.¹⁰

Na verdade, o Pacaembu era *quase* tudo o que o regime desejava, não fosse pelo detalhe de não se localizar na capital federal.¹¹ Devido a este grave “defeito”, que sobrepunha-se até mesmo à sua suntuosidade, Vargas ali comandaria somente um 1º de Maio, em 1944, quando o futebol, ao contrário do que acontecera quatro anos antes, não ficaria de fora.¹² Nas demais comemorações, São Januário, mesmo com seus limites, continuou a hospedar o chefe da nação. Por isso mesmo, a ideia da construção de um Estádio Nacional no centro do poder não apenas não fora descartada como logo transformara-se em “necessidade”:

O Estado Novo contará – a exemplo de outros países – com o seu estadio oficial. De fato, o governo autorizou a construção do novo monumento nacional, que será a Meca da nossa Juventude e a maior praça de esportes da America do Sul. Como se vê, Pacaembú foi o inicio de nova era para o esporte nacional. Em breve, levantado o Estadio Nacional, todos os Estados da União seguirão o mesmo exemplo. O Estado do Rio já se manifestou ha tempos e a Baía tambem obteve a promessa do seu interventor, nesse sentido. O local escolhido, no “Derby Club”, não poderia ser melhor, conforme acentuamos em tempo. A dez minutos de automovel do centro, bem servido de condução e ladeado pelas ruas Derby Club, Mata Machado, avenida Maracanã e leito da E.F. Central do Brasil, o terreno tem a extensão de, mais ou menos, 270.000 metros quadrados. Nesse, poderão ser construidos estadios para futebol, com capacidade para 100 mil pessoas, bola ao cesto, natação, tenis, atletismo, estande de tiro, etc., tudo com grandes capacidades, sobrando ainda espaço para jardins, auditorio, jogos e divertimentos ao ar livre, etc.¹³

Visando a mais esse “monumento nacional”, o Ministério da Educação e Saúde lançou em 1941 um concurso para escolher o melhor projeto para sua construção, vencido pelos arquitetos cariocas Pedro Paulo Bastos e Antonio Dias Carneiro. Pendências relativas à compra do terreno do Derby Club pelo Ministério e uma polêmica em torno do processo de escolha do projeto vitorioso, contudo, fizeram com que não saísse do papel, ainda que em outubro de 1943 o jornal carioca *A Noite* anunciasse a construção não de um, mas de “dois majestosos estádios na cidade” – um, bancado pela prefeitura; o outro, pelo Ministério da Educação.¹⁴ Apesar dos empreendimentos realmente terem sido lançados, tudo não passou do anúncio, e o velho estádio do Vasco da Gama continuou reinando absoluto na capital federal, até que o “Colosso do Derby”, depois popularmente sagrado Maracanã, finalmente passasse do papel para o concreto, em 1950. E, como a mostrar que o futebol e suas referências estavam acima (ou abaixo) das ideologias políticas, há que se lembrar que não foi apenas Vargas quem o usou como palco: também foi ali que Luiz Carlos Prestes fez seu primeiro ato público após sair da prisão em 1945, já nos estertores do Estado Novo.

Em outra frente, paralela e anterior à da idealização, construção e utilização de estádios pelo regime, setores ligados ao futebol e à imprensa esportiva clamavam por uma intervenção direta do governo nos esportes, em função dos inúmeros conflitos entre clubes e entidades dirigentes em torno da questão do profissionalismo. Para aqueles sintonizados com o momento político pelo qual o Brasil passava, toda essa “baderna” indicava a necessidade de se por ordem no futebol brasileiro, isto é, adequá-lo ao espírito do Estado Novo. Um bom exemplo desse desejo é dado por Thomaz Mazzoni, mais uma vez ele, no prefácio de seu livro *Problemas e aspectos do nosso futebol*, de 1939:

“Existe até uma certa analogia entre as cousas do esporte nacional e regional com as da política. Parece que esta reflete sobre aquele... Assim, é muito frequente vêr-se a situação do esporte ser a mesma da política do paiz”.

Eis o que escreviamos há anos, antes do advento do Estado Novo. [...] Desiludidos com a politicagem e a má orientação dos clubes e dos homens convencemo-nos, pois, em plena cisão passada, de que somente sob um pulso de ferro e com diretrizes muito diferentes endireitaríamos nosso futebol. Por isso, da “Gazeta” partiu inicialmente a campanha da oficialização do esporte nacional. E essa campanha começou a ser levada a sério quando o Brasil entrou em novo regime criado pelo 10 de Novembro. Si ainda não vingou de todo o esporte oficializado é fáto, todavia, que não demorará, tendo sido dado o primeiro passo nesse sentido com a criação do C.N.E. [...] De modo que, quando surgir a regulamentação federal, muito mais facilitada será a missão de colocar o esporte brasileiro no bom caminho, no regime da disciplina e do progresso.¹⁵

O notável do texto de Mazzoni é a comparação entre o esporte (no caso, o futebol) e a política nacional, comparação tecida, como ele mesmo enfatiza, “antes do advento do Estado Novo”. Tal ênfase não era gratuita, é evidente: se a situação do futebol era a mesma da política, ambos padeciam de um mal comum, diagnosticado sob a expressão “ordem liberal” – à época, a culpada de todos os males, aqui e na Europa. Ainda de acordo com essa interpretação, se o golpe de novembro de 1937 já livrara a política brasileira dessa enfermidade que atrasava o país, faltava agora salvar também o esporte, pô-lo no “bom caminho” usando o mesmo “pulso de ferro” empregado contra aqueles que se opunham às intenções do “novo” regime. Mazzoni deixa isso ainda mais claro logo no início de outro texto de seu livro, significativamente intitulado “Lixo para ser queimado”:

Facções, clubismo, pessoalismo, liberalismo, anarquias, tudo isso é lixo que a oficialização federal deve queimar para o bem do esporte brasileiro. Necessitamos do imperio da obediencia, da disciplina, e de um só comando, de um unico objetivo para atingir e, portanto, todos devemos marchar por um único sentido, ouvindo e respeitando a voz do comando.

O esporte ao serviço do Brasil requer disciplina idônea, e o esportista deve ser educado e orientado, portanto, dentro da doutrina do Estado Novo. Fôra dos princípios do regime não se pode compreender o esporte como força viva da Nação! Façamos, pois, do esporte o grande ideal que é, e atinjamos com o mesmo o unico objetivo que justifica a sua pratica, a sua difusão.¹⁶

O Estado, que então intervinha em todos os setores da vida nacional, não seria insensível a tais apelos. Seu primeiro passo oficial na direção do esporte foi a criação da Comissão Nacional de Desportos, instituída pelo Decreto-lei número 1.056, de 19 de janeiro de 1939. Essa Comissão (à qual provavelmente Thomaz Mazzoni quis se referir com a sigla “CNE” no prefácio de seu livro) constituía-se de “cinco membros, designados pelo Presidente da República, dentre pessoas entendidas em matéria de desportos ou a estes consagradas”, cuja função seria a de “realizar minucioso estudo do problema dos desportos no país, e apresentar ao Governo Federal, no prazo de sessenta dias, o plano geral de sua regulamentação”.¹⁷

O acolhimento de sugestões e as discussões para a elaboração do plano, porém, levaram a uma dilatação do prazo inicial, fazendo com que o ato de “salvação” do futebol e, em termos mais amplos, do esporte nacional se concretizasse somente em 14 de abril de 1941, quando foi promulgado o Decreto-lei número 3.199. Este estabelecia as bases da organização esportiva em todo o país e instituía, junto ao Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos (CND), “destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país”, conforme seu Artigo 1º.¹⁸ Em termos práticos, sua função refletiria, como muitos desejavam, a ordem política do Estado Novo nos esportes, que seriam disciplinados graças à centralização de poderes e à corporativização de sua organização. Conforme mostra Eduardo Dias Manhães em seu estudo sobre o CND, o Decreto 3.199 criou um órgão superior e plenipotenciário, um “aparelho de Estado responsável pela ‘disciplina’ (corporativista) da ordem desportiva, podendo intervir,

arbitrar conflitos e verticalizar linearmente as funções, tratando da efetiva oficialização das entidades e da ordem desportiva, superposto que está à sociedade civil e aos interesses ‘particularistas’, a partir do controle pelo mesmo exercido sobre esta última, inclusive”.¹⁹

Se as comemorações nacionais nos estádios de futebol eram momentos de festa e confraternização entre o poder e o povo, portanto de “ruptura” com a rotina do dia-a-dia, a política esportiva sistematizada pelo CND era o outro lado da moeda, reforçando um cotidiano baseado no interesse supostamente nacional, definido a partir de cima pelo Estado. Esse outro lado fica demonstrado, por exemplo, na circular que a CBD enviou aos jogadores da seleção brasileira a caminho do Sul-Americano de futebol de 1942, disputado no Uruguai:

Representar o Brasil no estrangeiro é uma honra. Faze-lo com dignidade é um dever. Urge que todos se compenetrem destas noções, para compreenderem, tambem, que lhes cumpre manter elevado o nome da Patria, por meio de procedimento exemplar, demonstrado em todos os instantes. Assim foi em todos os tempos; e agora, mais do que nunca, quando o Governo da República decidiu oficializar e proteger os desportos, essa conduta, sendo a consequencia natural de sentimentos patrioticos normais, constitue ainda um imperativo legal, que a ninguem é licito desprestar.[...]

A dignidade e o relevo da representação nacional não estão na dependencia exclusiva das ocorrencias que se verificarem no decurso dos jogos do campeonato. De igual importancia é o procedimento na intimidade da delegação, onde a lembrança permanente de que todos são brasileiros, incentiva os sentimentos de fraternidade e, como ele, a união indispensavel a todo trabalho de conjunto, no qual esteja empenhado o nome sagrado da Patria.[...]²⁰

É importante destacar dos trechos acima a relação estabelecida entre os “sentimentos patrióticos normais” e o “imperativo legal” instituído a partir do Decreto-lei 3.199. O reconhecimento oficial das dimensões nacionalistas contidas no futebol sem dúvida contribuiu muito para legitimar a comunidade imaginada consolidada em torno da bola durante os anos 1930, mas, por outro lado, tentou reduzi-la a um

projeto político, ela que se formara espontaneamente e em resposta a diferentes estímulos. Nessa tentativa, o regime submeteu o futebol a administradores diretamente ligados ao presidente (quando não seus próprios parentes diretos),²¹ bem como ao grande aparato propagandístico (o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP) e repressivo (o Departamento de Ordem Social e Política – DOPS), aos quais devia em grande parte sua própria sustentação, já que essas duas peças “funcionavam como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo; verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando os fatos e construindo falsas imagens”.²²

No caso do futebol, se sua utilização direta ou indireta com fins propagandísticos falava por si só, seus aspectos sociais não passaram despercebidos aos olhos atilados e atentos do regime. Em São Paulo, por exemplo, os clubes tiveram suas atividades acompanhadas bem de perto pelos agentes do DEOPS durante o governo Vargas.²³ Como eles eram obrigados a solicitar ao Delegado de Ordem Política permissão para a realização de suas reuniões e assembleias, nelas sempre se fazia presente pelo menos um enviado especial da repressão; sua função, basicamente, era averiguar se os debates internos eram mesmo “apenas de interesse social do Clube, não se discutindo nem fazendo uso de política”, como em geral se encerravam os ofícios dirigidos ao Delegado.²⁴

À medida que a posição brasileira diante da guerra define-se cada vez mais próxima aos Aliados, o DEOPS e seus agentes passam a dedicar atenção redobrada, e diferenciada, aos clubes ligados às colônias estrangeiras. Em 1942, o Palestra Itália e o Sport Club Germânia (que já havia deixado o futebol profissional) viram-se obrigados a dar explicações à polícia sobre o seu funcionamento. No caso do Palestra, logo a 21 de janeiro era expedida a seguinte portaria, assinada por Elpidio Reali, Delegado Adjunto à Ordem Social:

Atendendo o pedido contido no telegrama no.732, de 17 do corrente, do Snr. Ministro da Justiça [Francisco Campos] ao Snr. Interventor Federal neste Estado [Fernando Costa], no qual transmite instruções referentes a um maior controle das sociedades de estrangeiros e aquelas nacionalizadas, estabelecidas no território nacional, determino que, A. esta, seja expedida intimação à SOCIEDADE ESPORTIVA PALESTRA ITÁLIA, sita nesta Capital, à Av. Água Branca no.1705, afim de prestar esclarecimentos.²⁵

No mesmo dia, Paschoal Walter Bairo Giuliano, membro da diretoria do clube, compareceu à Delegacia Especializada de Ordem Política e Social e, na presença do Delegado Adjunto, declarou:

[...] que é Secretario geral da Sociedade Esportiva Palestra Italia, com sede nesta Capital, á av. Agua Branca, 1705; que esclarece [...] que essa Sociedade é nacional, embora tenha sido fundada por estrangeiros; que a mesma acha-se regularmente licenciada no D.E.I.P., tendo o protocolo do requerimento em que pedia a sociedade licença para funcionamento, recebido o numero 403; que esse protocolo é datado de 26-3-1941; que junta a estes autos uma copia dos estatutos e a relação nominal de todos os membros da diretoria, com a respectiva qualificação, pela qual se verifica que toda a diretoria é composta de brasileiros natos exceptos os cargos secundarios de administração, a saber: - o segundo tesoureiro, o economo, e o diretor geral de esportes; que o declarante na qualidade de secretario geral compromete-se a fazer cumprir na sociedade as seguintes determinações que ora recebe nesta Delegacia: - a) - comunicar á Delegacia Especializada de Ordem Política e Social a realização de todas as reuniões, com antecedencia de tres dias, para a presença da autoridade ou do seu representante; b) - não permitir a audição de estações de radio exterior, no recinto; c) - proibir qualquer reunião fóra do recinto da sociedade. [...]²⁶

Na semana seguinte, em carta dirigida ao Delegado do DEOPS, Paschoal Giuliano informava que não só os três diretores referidos em seu depoimento, italianos, como também um outro, “brasileiro por título declaratório” (naturalizado), “solicitaram demissão dos cargos que ocupavam na Directoria desta Sociedade”; como os pedidos de demissão haviam sido todos aceitos, a direção do Palestra Itália a partir daquela data se compunha apenas de brasileiros natos.²⁷

Mas a perseguição ao Palestra não se encerraria por aí; ao contrário, as pressões só aumentariam, o que levou o clube, em março, a “adaptar” seu nome para Palestra de São Paulo. Pouco depois, em agosto, a declaração de guerra do Brasil ao Eixo fez com que no mês seguinte o clube sofresse seu maior golpe, obrigado que foi a mudar de nome dias antes de enfrentar o São Paulo numa partida que poderia decidir o campeonato paulista. Desta vez, a ordem vinha diretamente do CND, que decretara uma portaria que proibia a “manifestação de nacionalidades” em eventos esportivos, incumbindo às forças públicas estaduais a responsabilidade da manutenção da ordem.²⁸ O Palestra torna-se Palmeiras, o que não foi suficiente para acalmar os ímpetos nacionalistas que cercavam aquele jogo decisivo – que seria abandonado pela equipe do São Paulo, em protesto contra a arbitragem:

O epílogo, pois, do “classico” foi o mais tristíssimo possível. E tudo isto, desenrolado dentro do gramado, à vista de uma assistência correta e educada, veio confirmar, infelizmente, o tristíssimo movimento de incompreendido patriotismo realizado dias antes do grande choque e que obrigou, sem razão de ser, a um dos clubes mais tradicionais e colaboradores do nosso progresso a mudar sua denominação, quando não são nomes que fazem a Pátria e nem provas esportivas que irão afetar os seus destinos grandiosos, mas, sim, um trabalho honesto, sadio e de perfeita união entre brasileiros de verdade, quer pertençam eles ao Palmeiras, ao São Paulo, ao Corinthians ou a qualquer outra coletividade verdadeiramente nacionalista, independente de suas cores e de seu nome. [...]²⁹

O lamento do articulista da *Gazeta Esportiva* quanto aos fatos ocorridos com o Palmeiras mostra que o jornal tomara consciência, ao menos por um instante, do verdadeiro sentido da intervenção oficial nos esportes pela qual se debatera tanto. O Palestra Itália e o Germânia em São Paulo, o Hespânia em Santos, o Palestra Itália em Belo Horizonte,

todos foram obrigados a mudar de nome em função do “interesse nacional”. Todos foram obrigados a abandonar suas próprias identidades, construídas desde as respectivas fundações e plenamente inseridas nas sociedades das quais faziam parte, por uma outra, imposta de cima para baixo e que se autodenominava “identidade nacional”. Pouco importava que tais clubes tivessem tido grande importância na popularização do futebol, e que justamente devido a essa popularização já à época transcendessem suas ligações com as colônias:

Os clubes coloniais, tão em voga até 20 anos atrás, já passaram da moda em nosso futebol. Tudo evolue. Mas, devemos lembra-los na historia do ‘association’ nacional como sendo as maiores valvulas para a sua popularidade. Tanto em S.Paulo como no Rio, o futebol se tornou do povo sómente quando surgiram os Palestra e Vasco. [...] Com o decorrer dos tempos entraram em completo desuso as iniciativas dos clubes coloniais, e hoje quasi que estão esquecidos. Claro que ficou em alguns clubes a tradição. Mas, aquela verdadeira epidemia de até 20 anos atrás desapareceu.³⁰

Sem se importar com esse passado, à ditadura interessava somente evitar brechas, reais ou imaginárias, através das quais se pudesse questionar suas diretrizes.³¹ No entanto, esta dimensão “oficial” não foi a única que envolveu as conexões culturais, como dito no início, entre a bola e a sociedade brasileira nos anos 1940. A consolidação do futebol como fenômeno sociocultural ainda despertou a incompreensão, quando não o ciúme, de esferas que, embora se julgassem mais “nobres”, falavam a um público muito mais restrito que o das arquibancadas, como era o caso da literatura. É certo que tal fenômeno não era propriamente novo, como demonstrava a *Gazeta Esportiva* ao lembrar, em 1943, um episódio ocorrido duas décadas atrás: a “carta aberta” de Carlos Süssekind de Mendonça a Lima Barreto, editada em 1921 sob o título *O sport está deseducando a mocidade brasileira*. Um texto cujas páginas

[...] arrasavam com o futebol que – claro! – resistiu à investida e seguiu, firme, no seu caminho de progresso e popularidade. [...] Em seu livro contra o esporte, o dr. Carlos Sússekind de Mendonça atacou até Coelho Neto e Afranio Peixoto, porque eles faziam a apologia do esporte! Mas não adiantou nada. O Brasil progrediu bastante em todos os terrenos, de 1921 para cá; não existe mais a enorme percentagem de analfabetos que existia então; a nossa mentalidade evoluiu muito; fez-se muito avanço na jurisprudência, na arte, na ciência; enfim, O BRASIL DE 1921 ESTÁ LONGE DO QUE ERA E, NO ENTANTO, PARA TUDO ISSO NÃO FOI PRECISO DESAPARECER O ESPORTE, O FUTEBOL. Não desaparecerá, jamais. Há séculos, na própria Inglaterra, um rei fatuo incluiu a prática do futebol entre os crimes, proibiu-o, mas logo mais o futebol ressurgiu; o homem-rei passou e o esporte-rei ficou! Os inimigos do futebol, pois, perderam, e perderão, o seu tempo em querer desprestigiar-lo, condena-lo.³²

Mesmo reportando-se a um fato do passado, as últimas frases do artigo deixavam, sem dúvida, um recado para o presente, pois parecia que os “inimigos do futebol” ainda continuavam a atacá-lo nos anos 1940. A julgar pelas respostas de *Olimpicus* (pseudônimo de Thomaz Mazzoni) em sua coluna na *Gazeta Esportiva*, tais ataques tinham muito que ver com a ascensão social e econômica que a profissionalização permitia aos jogadores:

Uma companhia de comédias levou a efeito uma peça de um autor carioca denominada o “Homem que chutou a consciência”.

Não sabemos porque esse homem, literato falido ou jornalista necessitado, escolheu o futebol para jogar fora sua vergonha... Poderia ter-se tornado ladrão de galinha, profissional do jogo do bicho, escolhido, enfim, um meio de ganhar a vida menos honestamente, ou por outra, chutar sua consciência sem que se tornasse juiz de futebol, esportista. [...]

Nos países mais cultos, já se sabe, os maiores esportistas saem das Universidades. São “cracks” dos esportes; mas, não deixam de ser depois cientistas, estadistas, etc. Qualquer ignorante sabe o que é Oxford, todos sabem, ainda, que Yale produz advogados e engenheiros que, durante os estudos, se tornaram “cracks” profissionais do esporte. Pois bem, para o ilustre autor da comédia em questão, segundo sua mentalidade, no Brasil um profissional de esporte é vagabundo. Si entre nós um poeta passa fome, a culpa é do futebol!...³³

E, para tristeza ainda maior do colunista, essa visão preconceituosa sobre o futebol não se limitava apenas a uma peça de teatro:

Não sabemos porque muitos componentes da classe culta, a classe de literários, no Brasil, tem ojeriza pelo esporte, notadamente pelo futebol, sim porque os poetas, romancistas, teatrologos, etc., desejariam ganhar o dinheiro dos “azes” da bola, como si os futebolistas profissionais fossem milionários... Dizem os intelectuais que os “cracks” são semianalfabetos e ganham o que eles – formados, instruídos, etc. – não ganham... Bonita logica... [...]

Isso vem a propósito de um programa de livro, domingueiro, numa estação de rádio local, dirigido por um professor, muito culto, aliás. Volta e meia esse professor “mete o pau” no futebol. [...] Domingo último repetiu uma piada muito barata, segundo a qual “perguntei quem era fulano (um nome estrangeiro, literato celebre), e o rapaz que respondeu disse não saber em que clube fulano jogava”... O professor em questão, naturalmente, é desses que têm muita ojeriza pelo futebol. No entanto, conhecemos muitos professores e literatos que não perdem uma partida. Questão de gosto. Agora, si o diretor do programa do livro quer derramar doutrina, bancar o puritano à custa de invetivas contra o futebol, perde seu tempo. Si sua mentalidade de pessoa culta estivesse bem evoluída e compreendesse que papel representa, hoje em dia, o esporte na vida das nações civilizadas, especialmente quando a serviço da nacionalidade, teria um pouco menos de prevenção contra o futebol!³⁴

O rádio, que ajudara e continuava a ajudar o futebol a tornar-se um fenômeno nacional, agora estava sendo utilizado contra ele. Mas, o colunista tinha razão ao afirmar que era perda de tempo vociferar contra o “esporte-rei”. O eco seria fraco, cessaria logo. Para o grande público, Leônidas da Silva, ou Domingos da Guia, ou qualquer outro ídolo do momento, teria mesmo sempre maior importância que qualquer “célebre literato” estrangeiro ou nacional. Principalmente se fossem contra o jogo, como era o caso do “professor” acima referido.

Além disso, o texto, ao mencionar o papel do esporte na vida de um país, “especialmente quando a serviço da nacionalidade”, toca num ponto crucial para aqueles dias em que o Brasil se preparava para enviar os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para os campos de batalha na Europa. Não foi por outro motivo que o general Eurico

Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, assim se pronunciou em discurso na sede do Flamengo, no Rio de Janeiro:

Ergamos, em todo o Brasil, estádios, ginásios, praças de desportos, “play-grounds”, para que crianças, moças, jovens e adultos, pratiquem a educação física. Amemos as competições desportivas, atraindo as multidões para nelas desenvolver o espírito desportivo. O amor à flamula de um clube e o desejo de vitória desses molhes [sic] humanos, na hora da guerra, esmalta-se em sublime amor à patria. Por tudo isso, senhor presidente do Flamengo, eu estou contente por receber o título de “grande benemerito” do seu clube, porque vejo, no apuro de seus atletas de terra e mar, e na multidão que ocorre aos seus majestosos jogos e competições, a própria patria exuberante em força e energia.³⁵

Assim, o esporte, já tratado pelo Estado Novo como uma questão nacional, envolve-se novamente com a nacionalidade em função da guerra – algo nada gratuito, uma vez que, de acordo com Alan Tomlinson, as nações alcançariam sua mais plena expressão por meio de dois modos, a guerra e o esporte.³⁶ No caso brasileiro, a relação entre esporte, guerra e nacionalidade encontraria sua maior expressão no futebol, como não poderia deixar de ser: em maio de 1944, às vésperas da partida do primeiro escalão da FEB para a Itália, a seleção brasileira realiza dois amistosos contra o Uruguai em homenagem aos soldados, um no Rio, outro em São Paulo. O escrete não jogava desde o Sul-Americano da Argentina, em fevereiro de 1942, e sua última partida no país fora a disputa da Taça Rio Branco, em 1940; portanto, sua volta aos gramados, aliada à causa patriótica, só poderia mesmo causar grande expectativa:

Segundo os despachos telegraficos que nos chegam às mãos, de todas as partes do país partiram caravanas de “torcedores” com destino à Capital do país, afim de assistir ao primeiro embate entre brasileiros e uruguaios, embate esse que será levado a efeito em homenagem às forças expedicionárias brasileiras. Do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Minas, de São Paulo, da Baía e até mesmo de Fortaleza virão afeiçoados. Podem-se, pois, calcular o interesse e a atenção que esse cotejo vem despertando. Um exito invulgar deverá registrar o mesmo, pelo menos

financeiramente. [...] Pode-se desde já fazer uma idéia do que será o dia de amanhã na Guanabara. Desde as primeiras horas da manhã, muita gente, com o seu embrulhinho de sanduiches, ou coisa parecida, irá tomar o destino do Estadio do Vasco da Gama e não duvidamos que, já às 11 horas, tudo esteja superlotado.³⁷

Diante de tamanha mobilização, a vitória nesse primeiro jogo só poderia ser celebrada com imensa euforia, a ponto de deixar a FEB, a verdadeira estrela do espetáculo, em segundo plano. De modo um tanto enviesado, a mesma guerra que provocara a suspensão das disputas internacionais de futebol agora servia também para reavivar certas “velhas tradições”:

Pela primeira vez na velha historia do nosso cotejo com os uruguaiois (já alcançou vinte e oito anos de “idade”), triunfamos por uma contagem que não concede o mais pequenino... saldo aos grandes e sempre leais adversarios do país irmão. Vencemos por 6 a 1 essa primeira partida que encerrava um cunho altamente significativo, e o resultado, não tanto pela exuberancia da cifra, mas pelas virtudes com que o quadro brasileiro o construiu, deve causar imensa satisfação nos mais remotos dos rincões patrios, porque a vitoria de São Januario veio provar que – embora não dando ao conjunto oriental que ora nos visita o valor maximo do seu futebol – ainda cultivamos um “association” digno de nossas velhas tradições e superior na individualidade e no senso quasi inimitavel de improvisação.

O “onze” nacional demonstrou tudo isso na emotiva e vibrante tarde de ontem, quando o esporte-rei deu a sua bellissima contribuição à campanha de guerra, prestando ao Corpo Expedicionario Brasileiro o carinho de sua homenagem através de uma manifestação de patriotismo simplesmente comovedora e sincera. Nossos corações pulsaram quando os bravos soldados da Força Expedicionaria, em numero de oito mil, adentraram garbosos o amplo anfiteatro, e pulsaram, depois, ante a valorosa conduta dos que, em outro setor, lutaram com esplendida fibra pelo engrandecimento do nosso prestigio esportivo internacional.³⁸

Três dias depois, no Pacaembu lotado, outra vitória brasileira de goleada, 4 a 0, selando o reaparecimento triunfal da seleção em meio à emoção da despedida da primeira turma de “pracinhas” (até o término da guerra, mais de 20 mil soldados brasileiros seguiriam para a frente italiana, entre eles alguns jogadores profissionais, como o flamenguista

Perácio, os botafoguenses Geninho e Walter e o madureirense Bidon). A semelhança entre uma partida de futebol e uma batalha talvez nunca tenha feito tanto sentido para o Brasil quanto naquela época. Daí o clima bélico também nortear a participação da seleção no Campeonato Sul-Americano de 1945, disputado no Chile durante os meses de janeiro e fevereiro. O próprio técnico Flávio Costa transformou os jogadores da equipe em soldados de uma espécie peculiar, ainda na concentração em Caxambu (MG):

O tecnico Flavio Costa reuniu, esta tarde, os jogadores para fazer-lhes uma preleção que julgou necessaria e imprescindivel. Queria Flavio Costa fazer sentir aos “cracks” brasileiros o verdadeiro sentido da missão que terão de cumprir no Chile. Nesse sentido falou, com eloquencia sobria mas positiva, ressaltando o aspecto arduo da tarefa e frisando que “no estrangeiro só vence o quadro que for dotado de carater forte, que se sacrifica, que se impõe pela vontade inquebrantavel de não parar nunca”. Depois de incentivar a todos para que “lutem, lutem sem desfalecimento enquanto a bandeira do Brasil estiver tremulando no Estadio Nacional de Santiago”, Flavio Costa terminou sua vibrante preleção, dizendo: “Não somos turistas, nem ‘azes’, mas soldados do Brasil”.³⁹

Soldados, missão, sacrifício, luta. O Brasil do futebol tinha de ter um desempenho semelhante, ou superior, ao Brasil militar, em uma guerra que iria recomeçar dentro das quatro linhas após três anos de forçado recesso. Tudo em nome da pátria, a mesma pátria daqueles que defendiam a liberdade do mundo nos campos de batalha europeus. Depois da exortação de Flávio Costa aos jogadores, foi a vez da imprensa apelar à comunhão nacional quando da partida do escrete para Santiago:

Dentro de poucas horas estarão no ar, rumo ao Chile, os nossos jogadores!
Quem são eles?
Paulistas, cariocas, gauchos, mineiros, pernambucanos ou baianos?
Não interessa!
Desde que os vinte e dois elementos sejam inscritos, pouco deverá nos chamar a atenção si se trata de Pedro, Paulo, Joaquim ou Antonio. É

nosso desejo que ali esteja a força máxima, moral, técnica e disciplinar do futebol brasileiro. Quer sejam cariocas, paulistas ou mineiros. São todos do Brasil, são todos brasileiros! [...]

Então se ouvirá daqui, através do rádio, o Hino Nacional, entoado no estádio chileno. Saberemos que nossos homens estarão perfilados. Orgulhosos de ouvirem o hino de sua Pátria num rincão longínquo. E esse mesmo hino e aquela bandeira que estará sendo içada tocará profundamente no coração dos nossos homens. Eles se lembrarão que é o pavilhão auri-verde que estará em jogo, e que estarão lutando no Chile pela grandeza do futebol nacional!⁴⁰

Não é possível afirmar o quanto esse ardor ajudou – se é que ajudou – a seleção, porém o time faria uma de suas melhores campanhas até então, conquistando um inédito vice-campeonato numa competição no exterior. O título foi disputado ponto a ponto por Brasil, Argentina e Chile, e, ironicamente, foi graças à vitória brasileira sobre os chilenos que a Argentina conquistou o primeiro posto. A cada uma dessas seleções coube um quinhão de glória, mas o do Brasil teria sido especial: mesmo não sendo campeã, a equipe regressou, segundo Thomaz Mazzoni, “com as maiores honrarias do torneio, pois o melhor futebol que se viu em Santiago, foi o nosso!”⁴¹ Na mesma linha seguem os comentários do chefe da delegação nacional, ninguém menos que o presidente do CND, João Lyra Filho:

O futebol americano aproxima-se de sua hora de fastígio e proporciona distintos meios de averiguação de possibilidades, inerentes às peculiaridades nacionais de cada país.

A esse respeito, com base no que escrevem os comentaristas mais acreditados e nos depoimentos de técnicos, igualmente autorizados, parece fora de dúvida, como resultante, que o futebol do Brasil, à maneira como vem sendo jogado, consitue ponto alto e singular, tantas as excelências das suas principais características, mesmo si o levamos a termo de comparação com o futebol praticado na Argentina e no Uruguai. [...]

Nós nos acreditamos amplamente no julgamento dos que mais se consideram entendedores do jogo bretão. Os brasileiros afirmaram as sobejas notas da sua eficiência e, para muitos, construíam surpreendente conjunto, de forma e de fundo, pois que, conquanto prestigiados no conceito da tradição, enriqueceram esta de novos e sobejos motivos que os tornam ainda mais respeitados.⁴²

O Campeonato Sul-Americano do Chile marcou a retomada do lugar do Brasil no cenário do futebol internacional. A julgar pelo texto de João Lyra Filho, a tradição era mantida ao mesmo tempo em que era renovada, caracterizando um estilo sem igual. Domingos da Guia, capitão e ídolo maior da seleção de 1945, ao responder a uma enquete de um periódico chileno feita durante a competição, disse que não sabia precisar há quanto tempo a equipe tinha o padrão de jogo apresentado; no entanto, não titubeou em defini-lo: “nosso futebol é moderno e brasileiro. Tem se aperfeiçoado nos últimos anos”.⁴³ Tudo, portanto, parecia voltar ao normal – e não apenas no futebol, mas na vida, como o final da guerra, meses depois, mostraria. E, para completar tal retomada, no ano seguinte os dirigentes do futebol mundial, reunidos em Luxemburgo para o primeiro Congresso da FIFA desde 1938, escolheriam, por unanimidade, o país como sede da próxima Copa do Mundo, a realizar-se em 1950.⁴⁴ Um novo momento se abria, um novo discurso passava a dar o tom, uma nova expectativa entrava em cena e, quanto mais se aproximava o campeonato, mais a primeira metade da década parecia pertencer a um passado que não fazia mais sentido; no entanto, muito do que nela se moldara continuava presente, e assim permaneceria por um longo tempo. Até hoje?

Notas

* Este artigo retoma, com algumas alterações e atualizações, o capítulo 3 de minha longínqua dissertação de mestrado, intitulada *As raízes do país do futebol. Estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1950)*, orientada pelo Prof. Nicolau Sevcenko, apoiada pela Fapesp e defendida na USP em 2000. Embora eu mesmo, como pesquisador, esteja cada vez mais distante do tema, voltei a esse texto por tratar-se da única parte do trabalho que ainda não fora publicada e, sobretudo, para atender ao pedido da querida Professora Estefania K. C. Fraga, que me solicitou uma colaboração para este número da *Projeto*

História. Espero que o resultado corresponda à expectativa.

** Doutor em História Social – USP Professor da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. E-mail: fabio.ff.franzini@gmail.com

¹ MAZZONI, Thomaz. *O mundo aos pés do Brasil*. São Paulo, A Gazeta Esportiva, 1958, p. 134. Cf. também MORAES, Mário de; BALLOT, Henri; BARRETO, Luiz Carlos; NOGUEIRA, Armando. A volta dos campeões. *In: O Cruzeiro*. 12 de julho de 1958, p. 26.

² LOPES, José Sergio Leite. A vitória do futebol que incorporou a *pelada*. *In: Revista USP*. Dossiê Futebol. São Paulo, n. 22, 1994, pp. 64-83.

³ Carta de Attila Soares a Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 20/07/1938. Arquivo Gustavo Capanema, Série Ministério da Educação e Saúde, 1934-1945, CPDOC/FGV (doravante apenas AGC-MES). Código GC 36.04.22/g. Filme 41, microfilme 0904.

⁴ Carta de Gustavo Capanema a Attila Soares. Rio de Janeiro, 02/08/1938. AGC-MES. Cód. GC 36.04.22/g. Filme 41, microfilme 0907. Nesta e nas demais citações de documentos do período, mantive a grafia do original.

⁵ MAZZONI, Thomaz. Os campos não acompanharam o progresso. *In: Problemas e aspectos do nosso futebol*. São Paulo, A Gazeta, 1939, p. 19.

⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. *In: São Paulo e outras cidades*. São Paulo, Hucitec, 1994, p. 182.

⁷ PERTINAX. Espetáculo de rara grandeza a inauguração do Estádio Municipal de São Paulo. *In: A Gazeta Esportiva*, 29/04/1940, p. 2.

⁸ Idem, p. 3.

⁹ Entrevista de Adolf Hitler. *In: Liberty*, 09/07/1932, reproduzido em *Trip*, n. 75, p. 10.

¹⁰ PERTINAX. Espetáculo de rara grandeza a inauguração do Estádio Municipal de São Paulo, *cit.*

¹¹ O Pacaembu, tratado aqui muito rapidamente, é objeto do estudo minucioso de FERREIRA, João Fernando. *A construção do Pacaembu*. São Paulo, Paz e Terra, 2008.

¹² “O futebol, esse espetáculo das multidões, também foi contemplado no bem organizado programa, que assinalará a passagem do primeiro de maio em São Paulo. Assim é que haverá uma grande concentração trabalhista no Estádio do Pacaembu segunda-feira à tarde, à qual deverá comparecer o dr. Getulio Vargas, que proferirá importante discurso. Na mesma ocasião, ao público presente será proporcionado um interessante espetáculo futebolístico, devendo defrontar-se os quadros representativos do São Paulo F.C. e do C.R. Vasco da Gama, sem dúvida duas equipes capazes de oferecer um encontro dos melhores”. N/a. Vai ser posta à prova a capacidade do Pacaembú. *In: A Gazeta Esportiva*, 29/04/1944, p. 13.

¹³ N/a. O Estádio Nacional. *In: A Gazeta Esportiva*, 27/07/1940, p. 2.

¹⁴ N/a. Dois majestosos estádios na cidade. *A Noite*, 02/10/1943. AGC-MES. Cód. 35.02.27/2/g. Filme 29, microfilme 0504. Sobre as pendências e polêmicas envolvendo o estádio carioca, cf. AGC-MES. Cód. GC 36.04.22/g. Filme 42, Pasta X (início: microfilme 0644).

¹⁵ MAZZONI, Thomaz. Problemas e aspectos do nosso futebol. São Paulo. In: *A Gazeta*. 1939, pp. 9-10.

¹⁶ *Idem*, p. 41.

¹⁷ Cf. Artigos 1 e 2 do Decreto-lei n. 1.056, de 19 de janeiro de 1939. AGC-MES. Cód. GC 36.04.22/g. Filme 41, microfilme 0909.

¹⁸ Artigo 1º. do Decreto-lei no. 3.199, de 14 de abril de 1941. *Apud* MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 124 (Anexo III).

¹⁹ *Idem*, p. 37.

²⁰ N/a. O bom nome do Brasil esportivo acima de tudo. In: *A Gazeta Esportiva*, 05/01/1942, p. 2.

²¹ O Estado Novo não apenas legitimou como ampliou efetivamente um processo que se vinha observando desde pelo menos 1934, quando Luiz Aranha, irmão de Osvaldo Aranha, era presidente da CBD (cargo que exerceu até 1942) e Lourival Fontes, diretor do DIP, chefiou a seleção brasileira que foi à Copa da Itália. Assim, nomes como o do próprio Luiz Aranha, seu irmão Ciro, Manoel Vargas Netto e Getúlio Vargas Filho (respectivamente, sobrinho e filho do presidente) passaram a encabeçar os principais cargos dirigentes das federações e mesmo clubes do eixo Rio-São Paulo.

²² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*. O Deops e as minorias silenciadas. São Paulo, Estação Liberdade/Arquivo do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 1997, p. 26.

²³ Cf. Prontuários DEOPS n. 9.220 – S. C. Corinthians Paulista; 10.051 – E. C. Pinheiros (ex-Germânia); 12.682 – S. E. Palmeiras; e 9.977 – Associação Portuguesa de Desportos. Arquivo do Estado de São Paulo – Fundo DEOPS.

²⁴ Cf. Prontuário DEOPS n. 9.220 – S. C. Corinthians Paulista. Arquivo do Estado de São Paulo – Fundo DEOPS.

²⁵ Portaria. Prontuário DEOPS n.12.682 – S. E. Palmeiras, fls. 37. Arquivo do Estado de São Paulo – Fundo DEOPS.

²⁶ Termo de Declarações. Prontuário DEOPS n.12.682 – S. E. Palmeiras, fls. 36. Dias depois, o Sport Club Germânia passaria pela mesma situação. Cf. Prontuário DEOPS n. 10.051 – E. C. Pinheiros. Arquivo do Estado de São Paulo – Fundo DEOPS.

²⁷ Carta de Paschoal W. B. Giuliano ao Dr. Delegado da Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 29/01/1942. Prontuário DEOPS n.12.682 – S. E. Palmeiras. Arquivo do Estado de São Paulo – Fundo DEOPS.

²⁸ ARAÚJO, José Renato de Campos. *Imigração e futebol: o caso Palestra Itália*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Campinas, IFCH-Unicamp, 1996, pp. 151-5. Sobre o Palestra/Palmeiras e o campeonato paulista de 1942, veja-se: MAZZONI, Thomaz. *História do futebol no Brasil, 1894-1950*. São Paulo, Leia, 1950, pp. 296-297; STORTI, Valmir; FONTENELLE, André. *A história do Campeonato Paulista (1902-1996)*. São Paulo, Publifolha, 1997.

²⁹ N/a. Desfecho deplorável do prelio de titãs. In: *A Gazeta Esportiva*, 21/09/1942, pp. 1-2.

³⁰ N/a. Grandeza e decadência dos clubes “coloniais”. In: *A Gazeta Esportiva*, 15/01/1944, p. 4.

³¹ Junto à nacionalização forçada de clubes “alienígenas”, à intervenção nos esportes e à utilização sistemática dos estádios, a proibição ao futebol feminino, que então ensaiava despontar no Brasil, foi outra ação do Estado Novo no sentido de enquadrar o futebol a seu ideário político e, no caso, também moral. A este respeito, cf. FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 50, jul./dez. 2005, pp. 315-328.

³² N/a. Os grandes inimigos do futebol. In: *A Gazeta Esportiva*. 27/11/1943, p. 2.

³³ OLIMPICUS. Por que o homem que chutou a consciência não se tornou ladrão de galinhas? In: *A Gazeta Esportiva*, 18/09/1943, p. 3.

³⁴ OLIMPICUS. Professor, vamos deixar em santa paz o futebol? In: *A Gazeta Esportiva*. 25/09/1943, p. 3.

³⁵ N/a. O esporte e a sua função nacionalista. In: *A Gazeta Esportiva*. 16/10/1943, p. 3.

³⁶ TOMLINSON, Alan. FIFA and the World Cup. *Apud* DUKE, Vic; CROLLEY, Liz. In: *Football, nationality and the State*. Essex and New York, Longman, 1996, p. 4.

³⁷ N/a. Vamos para São Janeiro? In: *A Gazeta Esportiva*, 13/05/1944, p. 3.

³⁸ N/a. Com todas as virtudes típicas do nosso futebol, os brasileiros alcançaram uma vitória de gala sobre os uruguaios – 6 a 1! In: *A Gazeta Esportiva*. 15/05/1944, p. 2.

³⁹ N/a. Não somos turistas nem ‘azes’ mas soldados do Brasil. In: *A Gazeta Esportiva*. 08/01/1945, p. 4.

⁴⁰ N/a. Boa sorte, rapazes! In: *A Gazeta Esportiva*. 13/01/1945, p. 3.

⁴¹ MAZZONI, Thomaz. *História do futebol no Brasil, 1894-1950*. Op. Cit., p. 303.

⁴² LIRA FILHO, João. O futebol do Brasil constitui ponto alto e singular. *A Gazeta Esportiva*, 01/03/1945, p. 5.

⁴³ N/a. Falam os “cracks” brasileiros [matéria transcrita do periódico chileno *Barra Brava*]. *A Gazeta Esportiva*, 10/02/1945, p. 5.

⁴⁴ Sobre a realização da Copa de 1950 no Brasil, cf. FRANZINI, Fábio. Da expectativa fremente à decepção amarga: o Brasil e a Copa do Mundo de 1950. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 163, jul./dez. 2010, pp. 243-274.

Data de envio: 18/01/2014.

Data de aceite: 02/02/2014.